Recurso de uma sentença penal: como trabalha um advogado penal em Braga A leitura de uma sentença não marca necessariamente o fim de um processo-crime. Quando uma das partes considera que o tribunal *especialista em direito penal* errou, a lei permite recorrer para um tribunal superior. O recurso é, contudo, um instrumento técnico com regras próprias, e não uma segunda oportunidade para repetir o julgamento. Um advogado penal em Braga começa sempre por perguntar o que, concretamente, correu mal na decisão de primeira instância. Podem recorrer o arguido, o Ministério Público e o assistente, cada um dentro do seu interesse. O arguido condenado pode contestar a decisão de o condenar ou apenas a medida da pena. O assistente pode recorrer de uma absolvição ou de uma pena que considere desajustada, nos termos em que a lei lho permite. Os recursos de decisões dos tribunais da comarca de Braga seguem, em regra, para o Tribunal da Relação, que reaprecia a questão com base no que consta do processo. Há dois grandes tipos de questões que podem ser levantadas. Por um lado, a matéria de facto: discute-se se o tribunal deu como provados factos que a prova não sustentava, ou o contrário. Para isso é preciso indicar com precisão os pontos de facto contestados e as passagens concretas da prova gravada que impõem decisão diferente. Por outro lado, a matéria de direito: discute-se se a lei foi bem interpretada e aplicada, se houve nulidades ou se foi usada prova proibida.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

A peça de recurso tem de terminar com conclusões claras, que delimitam aquilo que o tribunal superior vai apreciar. Um recurso mal estruturado pode ser rejeitado ou ver parte das questões ignoradas. Os prazos são curtos e contam a partir da leitura ou do depósito da sentença, o que significa que a decisão de recorrer deve ser tomada logo após o julgamento, com base numa análise rigorosa e não no impulso do momento. Um advogado penal honesto também diz quando não vê fundamento para *advogado penal* recorrer. Na QUOR Advogados, os recursos são uma das áreas de foco do Dr. David Silva, que acompanha julgamentos no Tribunal Judicial de Braga e trabalha a legalidade da prova e o contraditório. Esse acompanhamento desde a primeira instância facilita a identificação de erros que justifiquem recurso. Quando o processo foi acompanhado por outro advogado, o caso é estudado de raiz, com a transcrição da prova e a sentença em mão. Se recebeu uma sentença e quer saber se há fundamento para recorrer, marque uma consulta inicial de 70€, presencial na Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Contacte o +351 939 709 888 o mais cedo possível, tendo em conta que os prazos não esperam.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.